



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Comitê de Gestão de Imóveis/Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

ATA DE REUNIÃO CONJUNTA

1. IDENTIFICAÇÃO DO COMITÊ/COMISSÃO/GRUPO

Nome: Comitê de Gestão de Imóveis e Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão
Desembargadores Coordenadores: Paulo José Ribeiro Mota e Alvaro Alves Nôga

2. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO

Data: 05/08/2021

Hora: 10:30

Plataforma utilizada: Zoom

3. PARTICIPANTES

Nome	Lotação
Des. Paulo José Ribeiro Mota	Coordenador
Des. Alvaro Alves Nôga	Coordenador
Rômulo Borges Araújo	Diretoria Geral da Administração
Ronaldo Mendes Marinho	Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial
Luis Carlos de Paula Reseck	Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial
Elaine Caire	Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial
Saulo Mazzer Bossolan	Assessoria Jurídico-Administrativa do TRT 2ª Região
José Américo Zampar Júnior	Assessoria Jurídico-Administrativa do TRT 2ª Região
Lídia Kaoru Yanamoto Morales	Assessoria Jurídico-Administrativa do TRT 2ª Região
Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho	Seção de Acessibilidade e Inclusão
Luiz Fernando de Paula Pereira	Seção de Acessibilidade e Inclusão

4. PAUTA

- Execução de obras e serviços de engenharia referente às normas de acessibilidade.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Comitê de Gestão de Imóveis/Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

5. DISCUSSÕES

O Desembargador Paulo Mota cumprimentou a todos e iniciou a reunião, passando a palavra para o Diretor da SILAP, Ronaldo Marinho.

O Diretor da SILAP lembrou os presentes sobre a proposta de focar nas adaptações dos prédios próprios com a diretriz no foco no público externo, deixando por últimos aquelas alterações que dependem da decisão sobre a possibilidade de mudanças na estrutura física das Varas de Trabalhos.

Marinho destacou ainda a implantação das salas totalmente acessíveis, inclusive com oferecimento de tecnologia assistiva.

O servidor Luis Reseck destacou que, a partir das reuniões com servidores da área de infraestrutura e da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, a proposta a ser apresentada é a definição de diretrizes para apoiar o trabalho dos técnicos responsáveis pela gestão imobiliária e permitir que a Seção de Acessibilidade e Inclusão e a sociedade de maneira geral possam acompanhar e fiscalizar as ações para o atendimento das metas de acesso universal e autônomo no contexto específico do enfrentamento das barreiras arquitetônicas.

Nesse sentido, as diretrizes propostas foram:

- a) Foco no jurisdicionado para adaptações proativas;
- b) Garantir ao usuário interno, nos termos da Resolução CNJ nº 401/2021, quando solicitadas, todas as adaptações necessárias e viáveis que permitam a livre circulação e o acesso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- c) Observar o conceito do desenho universal (aplicáveis à ocupação de ambientes ou construções) no caso de projetos novos;
- d) Utilização de uma planilha de avaliação, apresentada aos envolvidos, referente aos critérios de acessibilidade que servirão de um padrão a ser alcançado, com foco no jurisdicionado;
- e) Realização de pesquisas qualitativas (por meio da Seção de Acessibilidade e Inclusão), incluindo os públicos interno e externo para constante aprimoramento dos critérios de avaliação e atendimento às necessidades das pessoas com deficiência.

O Desembargador Paulo Mota ressaltou a importância de continuarmos com a visão máxima de acessibilidade.

O servidor Ivo lembrou a recente publicação da Resolução 401/CNJ e destacou a importância de se prever todas as condições de acessibilidade, concordando com o foco adotado pelo TRT2 em eleger as prioridades de execução.

Em complemento, o servidor Luis Fernando destacou a importância de se realizar a pesquisa com o público, corroborando assim com o lema da ONU em ouvir as pessoas: “Nada sobre nós, sem nós”. Citou ainda que, em relação ao oferecimento de tecnologia assistiva, a Seção de Acessibilidade e Inclusão possui uma relação de quantidade e recursos necessários.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Comitê de Gestão de Imóveis/Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

O Desembargador Alvaro Nôga ressaltou que desde a implantação do PJE a discussão sobre a infraestrutura física das Varas de Trabalho é realizada. E que a mudança não é inexorável, podendo sofrer resistência. O Desembargador enfatizou que está de acordo com a questão do tempo/aprazamento de se executar por último o que poderá ser alterado com a possível mudança na estrutura física das Varas de Trabalho, porém ressaltou que o conceito de adaptação razoável é recurso a ser utilizado quando não se puder adotar o desenho universal.

O Diretor-Geral, respondendo ao Desembargador Paulo Mota, ressaltou que o TRT2 está no caminho certo e que há necessidade de enviarmos os projetos de adaptação do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa e também de Santos, para serem analisados pelo Pleno do CSJT, tendo em vista que a reserva de recursos orçamentários já foi solicitada. E o servidor Reseck explicou que será providenciado, provavelmente no início do próximo ano, a publicação do Manual de Gestão Imobiliária que abordará as diretrizes mencionadas.

Por fim, o Desembargador Paulo Mota enfatizou a importância de não se tomar uma decisão fechada sem a participação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, e que o contato deve ser constante em busca das melhores condições de acessibilidade. O Diretor Marinho corroborou da ideia e destacou que essa questão tão nobre da acessibilidade sempre foi preocupação do Comitê de Gestão de Imóveis, da Diretoria-Geral da Administração e também da SILAP, lembrando que os servidores dessa Secretaria foram capacitados com as atualizações das normas referentes ao tema.

Aprovadas as diretrizes pelos presentes, o Dr. Paulo Mota agradeceu a presença e disponibilidade de todos e encerrou a reunião.

6. ENCAMINHAMENTOS

Ação/medida a ser tomada	Responsável	Data
Encaminhamento da Ata desta reunião para aprovação pelos Exmos Desembargadores Dr. Paulo Mota e Dr. Alvaro Nôga e posterior publicação.	Equipe SILAP	A definir

7. FECHAMENTO

Data, hora e local da próxima reunião: em horário e data a definir.

8. ASSINATURA

Nome	Assinatura
Desembargador Paulo José Ribeiro Mota	PAULO JOSE RIBEIRO MOTA:56693 <small>Assinado de forma digital por PAULO JOSE RIBEIRO MOTA:56693 Dados: 2021.08.13 08:55:45 -03'00'</small>
Desembargador Alvaro Alves Nôga	ALVARO ALVES NOGA:67024670878 <small>Assinado de forma digital por ALVARO ALVES NOGA:67024670878 Dados: 2021.08.13 09:46:52 -03'00'</small>